

JUSTIÇA EM TRANSFORMAÇÃO: GOVERNANÇA JUDICIAL E OS DESAFIOS REFLETIDOS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

Bruno Fernando Alves Costa, Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Roraima. Mestrando pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

RESUMO

Analisadas 77 dissertações do Mestrado Profissional da ENFAM (BDJur-STJ, 2022–2025) sob a lente da governança judicial e construtos de Akutsu & Guimarães. Teses: 1) Indicadores qualitativos: incluir, nos indicadores estratégicos do Judiciário, métricas de qualidade. 2) Observatório de Governança: criar, na AMB, observatório dedicado a *accountability*, independência e arranjos institucionais. Tese 3) Diagnóstico estrutural do 1º grau: realizar, pela AMB e sua Escola, diagnóstico nacional das condições estruturais (recursos e estrutura) para mapear desigualdades e orientar a redistribuição de orçamento, pessoal e tecnologia.

Palavras-chave: Governança judicial. Magistratura. Indicadores qualitativos. *Accountability*. Diagnóstico estrutural.

1 Introdução

A reforma do judiciário, dentre suas diversas alterações na estrutura judicial brasileira, criou a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), formalmente instituída em 30 de novembro de 2006, pela Resolução nº 3 do Superior Tribunal de Justiça (ENFAM, 2017), com os objetivos de apoio à participação de magistrados em cursos no Brasil ou no exterior; a definição das diretrizes básicas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados; e o fomento a pesquisas, estudos e debates sobre temas relevantes para o aprimoramento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional, cujas diretrizes pedagógicas visam formar magistrados de novo tipo, compreendidos como aqueles que, dentre outras qualidades, sejam dotados de formação humanística, capazes de lidar com a complexidade das relações sociais contemporâneas e possuam postura ética e socialmente comprometida.

Seguindo essas premissas, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) instalou o Programa de Mestrado Profissional, aprovado pela CAPES na 194ª Reunião do CTC-ES e no Parecer CNE/CES nº 350/2020, de 7 de julho de 2020, com área de concentração em Direito e Poder Judiciário. O programa possui duas linhas de atuação: a primeira, intitulada

“Eficiência e Sistema de Justiça”, propõe uma abordagem sistêmica e abrangente dos problemas que impactam não apenas o Poder Judiciário, mas todo o sistema de justiça; e a segunda linha, denominada “Ética, Integridade e Efetividade na Atividade Jurisdicional”, dedica-se ao estudo da efetividade na prestação jurisdicional, com ênfase na atuação do magistrado em sua respectiva unidade de trabalho (Brasil, 2025).

A partir desse programa de capacitação científica voltado a magistrados e magistradas, surgiram dissertações, as quais possuem inegável relevância epistemológica e empírica, oriundas da junção entre a teoria e a prática jurisdicional que não apenas representam os desafios concretos enfrentados pelos seus autores no exercício da jurisdição, como também oferecem uma leitura crítica, propositiva e aprofundada do funcionamento do sistema de justiça sob a singular ótica dos magistrados e magistradas de carreira.

É sob essa perspectiva, e considerando o alto valor teórico e empírico dessas produções e a inexistência de uma classificação sistemática desses trabalhos, que este artigo tem como objetivo apresentar uma proposta de classificação, pretendendo identificar recorrências, lacunas, tendências e potenciais inovações, sob a perspectiva da governança judicial, especialmente dos construtos do modelo proposto por Akutsu e Guimarães (2015).

Parte-se da hipótese de que os construtos de governança judicial com maior ênfase nas dissertações produzidas no âmbito do Programa de Mestrado da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) refletirão, na ótica dos juízes e juízas de carreira, as maiores inquietações da prática judicante. Ressalta-se que tal mapeamento não se limita a uma categorização temática; pelo contrário, revela os aspectos da governança judicial que têm despertado maior atenção e engajamento reflexivo por parte dos pesquisadores, representantes, nesse aspecto, de todo o corpo da magistratura nacional.

2. Fundamentação

2.1 Governança Judicial: Fundamentos Teóricos e o Modelo Analítico de Akutsu e Guimarães

Nas últimas décadas, o conceito de “governança” ganhou espaço como uma alternativa à abordagem tradicional da administração pública, destacando-se por

abranger os limites da ação governamental e as complexas interações entre Estado, setor privado e sociedade civil. Longe de representar um modelo único, a governança se caracteriza por sua flexibilidade e capacidade de adaptação a diferentes contextos culturais e ideológicos, promovendo a cooperação por meio de redes compostas por atores públicos, privados e organizações do terceiro setor (Peci et. al, 2014).

Nesse contexto é que emerge a conceituação de governança judicial, concebido como um subconjunto da governança pública, com especificidades decorrentes da estrutura, das funções e da finalidade institucional do Judiciário. Conforme proposto por Akutsu e Guimarães (2012), a governança judicial, com conceito ainda pouco explorado na literatura com poucos estudos empíricos que analisem as variáveis que o influenciam, traduz um conjunto de políticas, processos, costumes, atitudes, ações, comportamentos e decisões necessários ao aprimoramento do serviço judicial.

Os autores fizeram referência à proposta de elaboração da disciplina realizada por Ng (2011), o qual, em sua pesquisa, argumenta que uma abordagem estritamente jurídica é insuficiente para compreender os desafios contemporâneos enfrentados pelo Poder Judiciário, sobretudo num cenário atual que reivindica cada vez mais transparência, eficiência e *accountability* (responsabilidade) por parte de diversos atores interessados no bom funcionamento do sistema de justiça.

No mesmo estudo (Akutsu e Guimarães, 2012), foi identificado o estado da arte sobre o tema governança judicial, identificando dimensões como desempenho do sistema judicial, independência judicial, *accountability*, recursos estratégicos, acessibilidade à justiça e estrutura do Poder Judiciário e propuseram, na época, agenda de pesquisa empírica sobre a governança judicial no Brasil com o direcionamento em cinco frentes: i. análise da relação entre as dimensões da governança judicial e o desempenho do sistema judicial; ii. investigação sobre a influência dos recursos estratégicos na efetividade judicial; iii. estudo do equilíbrio entre independência judicial e *accountability*; iv. identificação dos principais fatores que influenciam a acessibilidade ao sistema judicial; e v. avaliação das contribuições do Conselho Nacional de Justiça para assegurar a efetividade da governança do sistema judicial brasileiro.

Assim, os autores, em outro estudo (Akutsu e Guimarães, 2015), propuseram modelo teórico-metodológico de governança judicial com o objetivo de preencher lacunas ainda existentes na pesquisa nacional sobre a administração da justiça, culminando por desenvolver uma proposta metodológica baseados em uma abordagem qualitativa, estruturada em três etapas: revisão da literatura especializada, entrevistas semiestruturadas com atores-chave do sistema de Justiça brasileiro e análise de conteúdo conforme o referencial de Bardin. No fim, elaboraram um modelo que classifica e sistematiza os elementos constitutivos da governança judicial, permitindo, futuramente, sua operacionalização por meio de instrumentos empíricos aplicáveis à avaliação de tribunais.

Pelo modelo proposto, para descrição e análise da governança judicial foram criados sete constructos e variáveis que se interligam e se complementam: *accountability*, que trata da responsabilidade dos agentes que atuam no serviço judicial; acessibilidade, um ponto essencial que diz respeito à garantia de que todos, especialmente os grupos mais vulneráveis, consigam acessar o sistema judiciário de forma justa e equitativa; a independência dos magistrados; os recursos e a estrutura dizem respeito à capacidade organizacional dos tribunais vista sob o enfoque da infraestrutura, pessoal, tecnologia e condições de funcionamento; as práticas de governança, que se traduzem nas decisões e rotinas adotadas no dia a dia do trabalho judicial; e o ambiente institucional, o contexto político, social e normativo no qual o Judiciário está inserido.

Com fundamento na teoria dos custos da transação, sustenta-se que: i) quanto mais favoráveis forem os valores das variáveis associadas aos constructos *accountability*, acessibilidade, independência, e recursos e estrutura, mais efetivas e melhores tendem a ser as práticas de governança judicial desse órgão; ii) níveis mais elevados de variáveis relacionadas ao construto de ambiente institucional tendem a apresentar também melhores resultados tanto nas práticas de governança quanto na qualidade do desempenho; e iii) valores mais favoráveis às variáveis relacionadas ao construto ambiente institucional contribui para o construto práticas de governança (Akutsu e Guimarães, 2015).

A proposta de modelo teórico-metodológico de governança judicial apresentada se mostra um importante referencial analítico aos gestores públicos judiciais, pesquisadores e formuladores de políticas públicas, porquanto atua como

instrumento de diagnóstico e avaliação do funcionamento de tribunais e órgãos do Poder Judiciário. Sua estrutura organizada em torno de sete construtos teóricos, cada um associado a variáveis, possibilita pesquisas empíricas e comparativas capazes de revelar tanto os pontos fortes quanto os pontos fracos no sistema judicial, acolhendo e adaptando as teorias da agência e dos custos de transação ao contexto do Judiciário¹.

2.2. Percurso Analítico: Estratégia Metodológica e Categorização Temática das Dissertações

Esta pesquisa é qualitativa e documental, com uma abordagem exploratório-descritiva, com o objetivo de compreender, descrever e identificar temas e lacunas presentes nas dissertações do Mestrado Profissional da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), tratando-os como documentos que refletem estudos das práticas e diretrizes de pesquisas entre juízes e juízas do Poder Judiciário brasileiro.

O *corpus* do estudo inclui setenta e sete das oitenta dissertações de mestrado publicadas na Biblioteca Digital Jurídica (BDJur) do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Foram analisadas as dissertações defendidas entre 2022 e 2025, abrangendo todas as linhas de pesquisa do programa, sem recorte temático, o que permitiu uma visão ampla e representativa da produção acadêmica da instituição no período. A seleção foi realizada mediante critérios objetivos de temporalidade e disponibilidade pública, de modo que apenas trabalhos indisponíveis, que não correspondessem ao Mestrado Profissional da ENFAM ou que trataram de sistemas judiciais de outro país, a exemplo de três deles que abordaram o sistema judicial de Angola, foram excluídos.

Os trabalhos foram classificados em categorias analíticas seguindo o modelo de Akutsu e Guimarães (2015), que estrutura a governança judicial em torno de sete construtos principais: *Accountability*, Acessibilidade, Independência, Recursos e Estrutura, Práticas de Governança, Ambiente Institucional e Desempenho. No entanto, ressalta-se que durante o processo de catalogação do material foi percebido que todos os trabalhos, em maior ou menor grau, se relacionaram ao construto de prática de governança, de modo que para se evitar redundâncias

¹ Na plataforma Google Acadêmico, os trabalhos de Luiz Akutsu e Tomás de Aquino Guimarães acumulam, respectivamente, 720 e 4.824 citações desde 2018, sendo os artigos relacionados às dimensões da governança e ao modelo teórico proposto citados 73 e 78 vezes, respectivamente.

optou-se por utilizar apenas seis dos sete construtos propostos, entendendo como construto macro o da prática de governança, sob o qual os demais se articulam.

Embora a classificação de cada dissertação em até dois construtos não atenda rigorosamente a proposta da análise de conteúdo clássica (Bardin, 2016), essa escolha, que demonstra flexibilidade interpretativa e adaptabilidade (Patton, 2014), justifica-se por proporcionar maior transparência, sistematicidade e controle de viés interpretativo na classificação. Ademais, muitas das dissertações abordam mais de um eixo temático de governança; assim, forçar a alocação de cada estudo em um único construto poderia suprimir aspectos relevantes de seu conteúdo, ignorar temas secundários significativos e prejudicar a robustez das inferências.

2.3. Construtos centrais e lacunas na produção acadêmica da magistratura

A análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso do Mestrado Profissional da ENFAM demonstrou uma concentração em três construtos principais: desempenho, que corresponde a 29,2% dos trabalhos; seguido de acessibilidade, com 22,1%; e, por fim, ambiente institucional com 21,4% da produção acadêmica

O foco no desempenho aparece com mais frequência, refletindo que magistrados e magistradas seguem a orientação institucional firmada pelo Conselho Nacional de Justiça quando da aplicação das metodologias de gestão estratégica, decorrente das reformas administrativas públicas ocorridas no país no fim do século XX (Kim, 2020), voltadas à eficiência e à produtividade, com o estabelecimento de metas baseadas, em grande medida, critérios numéricos quantitativos.

Pelo modelo de Akutsu e Guimarães (2015), o construto desempenho pode ser entendido como o resultado a ser almejado e esperado da junção de dois outros construtos: das boas práticas de governança (que engloba todos os demais) e do ambiente institucional. Percebe-se que os magistrados, ao direcionarem seus trabalhos de pesquisa a tal construto, pretenderam analisar o “resultado final” da prática investigada ou proposta em relação a sua eficiência e efetividade do sistema judicial e as causas do bom ou do mau desempenho.

Identificou-se, nos estudos sobre esse tema, que eles costumam seguir três eixos de análise. O primeiro se apoia em indicadores objetivos, como o tempo médio de tramitação dos processos e a taxa de congestionamento; o segundo engloba modelos de gestão estratégica, inspirados nas diretrizes da Política Nacional de

Gestão Judiciária; e o terceiro examina as metas do CNJ dentro da estrutura da Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

Pelos eixos analisados identificou-se pontos de convergência e diálogo entre diferentes abordagens; conexões que, no contexto da atuação jurisdicional, tornam-se especialmente relevantes diante da crescente complexidade dos desafios enfrentados pelo sistema de justiça. Assim, destacam-se quatro pontos que dentro do construto desempenho têm emergido com maior frequência e centralidade nos estudos recentes: i) a qualidade decisória como variável-chave de desempenho: a tríade fundamentação/precedentes/recorribilidade mostra que metas de volume só fazem sentido quando acompanhadas de métricas de qualidade; ii) tecnologia com garantias: a digitalização precisa vir com freios e contrapesos procedimentais para resguardar o devido processo e prevenir exclusão digital; iii) competências e saúde organizacional: desempenho sustentável exige gestão de pessoas e direito à desconexão, sob pena de trocar quantidade por quedas de qualidade; e iv) efetividade material: políticas restaurativas e arranjos colaborativos ampliam o alcance transformador das decisões, para além de medir apenas “tempo” e “saídas”.

Esses eixos, articulados entre si, delineiam uma agenda que ultrapassa métricas tradicionais e propõe uma visão mais integrada e responsiva do sistema de justiça que, em termos propositivos, convergem para: especialização e centralização seletivas de temas repetitivos; padronização inteligente (modelos, *checklists*, *visual law* quando pertinente) sem engessamento; letramento em dados e padronização de evidências; indicadores qualitativos mínimos acoplados às metas nacionais (fundamentação/precedentes, satisfação do jurisdicionado, impacto social); e limites à automação que preservem contraditório e devido processo.

O construto acessibilidade apresenta-se com frequência também significativa na classificação proposta, a evidenciar que a consagração constitucional dos novos direitos econômicos e sociais associada à ampliação do Estado, transformou o direito ao acesso efetivo à justiça em direito paradigmático, central e de relevância única. Não é de pouco tempo que o direito ao acesso ao judiciário, integrante de contexto de acesso à justiça, tornou-se ponto central em diversas constituições de direitos sociais ao redor do mundo, com reconhecimento de sua importância e peculiaridade.

A análise das dissertações que abordam o conceito de “acessibilidade” como construto primário na classificação proposta mostra uma variedade de temas e métodos, o que reforça a centralidade desse debate no contexto da governança judicial no Brasil e ainda mostra sua atualidade, embora há muito tenha sido a agenda temática de reformas e direcionamento de políticas judiciárias. Esse contexto em que se observa a acessibilidade como construto primário e a análise das dissertações revelaram três principais eixos de consideração sobre acessibilidade vista sob o enfoque dos Juízes e das Juízas que integraram o mestrado profissional.

O primeiro, acessibilidade institucional e estrutural compreendida como a capacidade do Judiciário de adaptar suas práticas à diversidade sociocultural, garantindo uma prestação jurisdicional mais inclusiva; o segundo, traz a acessibilidade comunicacional e procedimental; e o terceiro eixo é verificado pela acessibilidade como inclusão e equidade, tendo como exemplo do trabalho de Pinto (2023) explora como o sistema de justiça, ainda hoje, reproduz exclusões históricas e institui novas formas de marginalização, ao abordar questões como pessoas em situação de rua, a apontar que é preciso reconhecer desigualdades concretas e promover práticas que incluam, de fato, os mais vulneráveis.

Grande parte dos estudos vai além da ideia tradicional de eliminar barreiras físicas ou burocráticas, tratando a acessibilidade como um princípio fundamental e um conceito fluído, orgânico e dinâmico, que deve sempre evoluir (Torlig et al., 2023). No ponto, observou-se que o construto da acessibilidade foi abordado de forma entrelaçada com temas como vulnerabilidade, desigualdade social, exclusão digital e a invisibilização de determinados grupos, a apontar que juízes e juízas brasileiros não veem o acesso à justiça como mero direito processual programático; mas sim como um conceito à própria substância do direito constitucional de ter direitos.

Em terceiro com maiores verificações, o construto do ambiente institucional, que abrange fatores externos que influenciam e podem moldar a atuação do sistema de justiça, sendo formado por normas, cultura (valores e tradições), o ambiente político (relações com os outros poderes) e pressões sociais e midiáticas. Pelo construto, esses elementos constituem o cenário no qual o Judiciário busca legitimidade e eficácia, ao mesmo tempo em que tenta preservar sua autonomia.

Ao analisar as dissertações selecionados que foram classificadas primeiramente por abordar tal construto também revelou uma diversidade de enfoques que possibilitam sua classificação temática, que, a exemplo dos construtos desempenho e acessibilidade, também foram agrupados em três eixos principais: governança interinstitucional; comunicação institucional; e valores culturais relacionados a gênero e inclusão.

O primeiro grupo de estudos foca na influência das normas e de outras instituições sobre o Judiciário, apontando para uma forte conexão entre o ambiente institucional e a governança normativa; o segundo eixo de análise traz estudos que abordam como a comunicação institucional e a legitimidade do Judiciário são afetadas pelo ambiente institucional; e o terceiro eixo contempla pesquisas sobre gênero, inclusão e práticas institucionais.

O que se percebe é que o ambiente institucional, mais do que a constatação de circunstâncias exógenas ao Poder Judiciário, pode ser entendido como uma variável em dupla via da governança judicial: ao mesmo tempo em que impõe limites e direciona as escolhas organizacionais, também é constantemente moldado pelas práticas e inovações que surgem no interior do próprio sistema de justiça.

Seguindo a classificação, alguns construtos e temas ainda seguem pouco explorados, indicando oportunidades relevantes para uma agenda de pesquisas futuras. O construto relacionado a Recursos e Estrutura, que compreende elementos como pessoal, infraestrutura e tecnologia, embora essencial, tem recebido atenção secundária em comparação aos demais, o que demonstra possivelmente a tendência em se elevar os processos administrativos em detrimento da análise das bases materiais que sustentam o serviço judicial.

A importância do construto reside no fato de que ele configura a base para a boa governança institucional, à medida que a qualidade da governança e do serviço prestado pelo órgão judiciário está ligada ao fornecimento de recursos e à eficiência com que são geridos, de sorte que quando tais condições são bem estruturadas, a exemplo de profissionais permanentemente qualificados, sistemas eficazes e gestão do conhecimento, o resultado acompanha e eleva o serviço judicial tornando-o mais eficaz e eficiente.

Pela análise qualitativa das dissertações permitiu verificar que o construto “recurso e estrutura” aparece como principal em três pesquisas, exercendo maior

relevância como construto secundário. Aqui também se observam dois eixos temáticos: gestão de pessoas, teletrabalho e qualidade de vida; infraestrutura física, estrutura organizacional e sistemas de informação.

O primeiro pode ser representado pelas dissertações de Gonçalves (2022) que analisou os impactos do teletrabalho, com foco a garantia do direito a desconexão de magistrados e servidores. E o segundo, com o enfoque de se analisar as condições físicas das unidades judiciárias, representada pela pesquisa de Heitzmann (2023), sobre os CEJUSCs no Paraná, resultando no mapeamento da estruturação desta unidade judicial.

O que se verificou, ainda, é a ausência de pesquisas sobre as desigualdades entre instâncias e regionais na distribuição de recursos ao judiciário: não há pesquisas diretamente focadas, por exemplo, para o exame da eficácia da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição do Conselho Nacional de Justiça (Resoluções nºs 194 e 195, ambas de 2014, e pela Resolução nº 219/2016), sendo um problema ainda persistente no âmbito administrativo judicial (Neves Júnior, 2019); e, embora algumas dissertações abordem os judiciários dos Estados do Norte e Nordeste e mencionem suas peculiaridades, inclusive com o próprio acesso material ao Poder, nenhuma das pesquisas se dedicou especificamente a discutir como a disparidade no acesso aos recursos impacta a equidade da prestação jurisdicional.

Destaca-se que boa parte dos produtos de pesquisa apresentados pelos magistrados e magistradas possui caráter incremental, ou seja, com pequenas adições e aprimoramentos, a exemplo de melhorias na comunicação, da padronização de procedimentos e capacitação gerencial. São produtos de pesquisa que, bem colocados, podem aperfeiçoar o sistema existente; todavia, não se questiona ou investiga hipóteses sobre uma estrutura fundante ou se propõe reformas mais profundas no sistema de justiça.

O construto *accountability* também é constatado de forma tímida na classificação realizada. Trata-se de construto ligado, dentre outros aspectos, a responsabilização de quem ocupa cargo ou função, a publicidade dos atos, a prestação de contas e as fundamentações das decisões, o que revelou lacuna importante nas pesquisas realizadas.

A leitura qualitativa dos trabalhos apresentou a possibilidade de classificação em dois eixos em que o construto é tratado: transparência e acesso à informação; e efetividade das decisões.

Tem-se, pela classificação, que pontos não foram explorados pelos magistrados e magistradas que dirigiram seus estudos à melhoria dos processos, qualificação e transparência; contudo não abordaram o tema da responsabilização concreta dos agentes públicos que integram. Outro ponto não abordado sob o enfoque da *accountability* é a praticamente inexistência de indicadores qualitativos sólidos que possam medir magistrados e magistradas para além dos dados puros de produtividade quantitativa, sendo constatada a lacuna para, mediante pesquisa, averiguação de métricas qualitativas das decisões, como a percepção do cidadão e o impacto social das ações judiciais.

A análise revelou que poucos dos trabalhos analisados, trouxeram a *accountability* como tema principal. Em termos institucionais, embora o Conselho Nacional de Justiça há muito tenha assumido o papel de agente estatal de *accountability* judicial institucional interno (Tomio e Robl Filho, 2013) e, ainda que sob constatações outras (Kerche, et. al, 2020), tenha demonstrado efetiva fiscalização e punição de magistrados, a não escolha de tal tema para pesquisa por magistrados brasileiros pode indicar insuficiente preocupação quanto aos mecanismos de responsabilização, formas de prestação de contas e transparência da atividade judicial.

É imperativo levar em consideração que o Poder Judiciário, atualmente, tem assumido, querendo ou não, um papel de protagonista na implementação de políticas públicas sociais (Sierra, 2011), com ampla judicialização do tema (Lunardi, 2024), de modo que temas antes atrelados unicamente a decisões políticas, como saúde, educação e meio ambiente, passaram a ser agenda corrente no âmbito judicial, com implementação de comissões, grupos e todo um arcabouço normativo institucional para a inserção de protocolos de julgamento de tais matérias. Sem pretender abordar os motivos e eventual crítica ao modelo de concretização dos direitos sociais, o fato é que o Judiciário assumiu há muito (Vianna, et. al, 2007), papel estratégico que ultrapassou a mera resolução de controvérsias individuais.

Tal protagonismo traz também responsabilidades adicionais no que tange à prestação de contas, uma vez que quanto maior a inserção judicial em matérias

relacionadas à política e administração de recursos públicos, maior a necessidade de mecanismos de controle que possam assegurar a responsabilização de agentes que ultrapassem os limites do justo e apresentar a sociedade forma de legitimação válida e eficaz dos direcionamentos judiciais aos direitos sociais em questão (Moraes e Caldas, 2020).

A pouca inserção do conceito de *accountability* com o enfoque na responsabilização nas pesquisas dos magistrados e magistradas pode indicar também que a magistratura ainda não a tenha tem solidificado como tema prioritário de estudo e reflexão, o que contrasta com a crescente atuação política e administrativa dos tribunais, a diminuir a legitimação do Poder Judiciário perante seus jurisdicionados e abrir espaços para justas e incisivas críticas quanto à autoridade para tutelar políticas públicas.

Igualmente, o construto da independência judicial, central na separação dos poderes e na garantia da imparcialidade, raramente aparece como construto primário na classificação, representando módicos 1,3% das citações classificatórias. Entre as setenta e sete dissertações analisadas, apenas duas foram classificadas de forma principal a tal construto.

Esse dado é extremamente relevante, considerando-se, de um lado, a centralidade do construto da independência judicial como um dos fundamentos estruturantes do Poder Judiciário e do próprio Estado Democrático de Direito; e, de outro, a percepção da magistratura brasileira sobre a desnecessidade de pesquisas envolvendo diretamente tal construto.

Uma hipótese inicial pode ser elaborada pelo fato de a magistratura brasileira, em uma percepção generalizada, se sentir independente no exercício de sua função. Embora se reconheçam defeitos no sistema institucional e a necessidade de avanços, o Brasil possui um Judiciário institucional e normativamente forte, dotado de garantias constitucionais aos juízes e juízas, além de autonomia administrativa e financeira. Esse arcabouço normativo robusto pode ter gerado uma certa maturação do princípio e construto, fazendo com que magistrados e magistradas não percebam ameaças significativas à sua autonomia decisória atualmente.

Outra hipótese pode residir na dificuldade metodológica e epistemológica de tratar o tema. É que, a pesquisa empírica sobre independência judicial implicaria certamente abordar aspectos sensíveis da prática jurisdicional, a exemplo de

pressões externas ou internas, limitações institucionais e mecanismos sutis, ou não, que possam influenciar a atividade judicante. Assim, juízes e juízas inseridos em tal contexto poderiam esbarrar suas pesquisas em barreiras éticas, institucionais e psicológicas para problematizar criticamente a hipótese.

Ademais, a exemplo de como se percebeu pela leitura do trabalho de Schmidt (2022), possíveis pressões difusas, linchamento virtual ou “cancelamento”, não são de todo reconhecidas como ameaças diretas à independência judicial, de sorte que, possíveis afrontas atuais realizadas das mais variadas formas virtuais ainda necessitam de estudos averiguadores que validem o poder de afronta explícita ao construto.

Tais hipóteses podem ser parte de futuras pesquisas e, embora o construto independência judicial seja pouco estudado por magistrados e magistradas integrantes do mestrado profissional, o tema continua sendo extremamente relevante, sobretudo em virtude das atuais formas de pressões amplamente difundidas, sejam elas digitais, institucionais ou sociais. Assim, o aparente afastamento do construto do interesse dos pesquisadores não pode ser confundido com falta de protagonismo na sedimentação da boa governança judicial, porquanto a lacuna revela uma percepção institucional limitada e enviesada de ignorar possíveis ameaças contemporâneas estudadas e manifestas dificuldades metodológicas sensíveis que envolve tratar, de forma crítica, o próprio poder que integram.

3. Conclusão e proposições

A análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso do Mestrado Profissional da ENFAM revela um contexto das inquietações que atualmente são objetos de estudos pela magistratura brasileira.

Os trabalhos demonstram os contornos institucionais do judiciário brasileiro, sua estrutura, limitações e dificuldades internas e apresentam proposições concretas de melhoria, resultados de pesquisas oriundas também da experiência dos magistrados e magistradas que convivem com a prestação jurisdicional.

Para aprofundar a análise e viabilizar a visualização pormenorizada da classificação temática das dissertações, conforme os construtos da governança judicial, está disponível uma planilha com a sistematização da pesquisa. O material pode ser acessado pelo link: [\https://docs.google.com/spreadsheets/d/12qDIJvCowVUiiJt6ceO_7_wy8f39hLtGNYf

3nG-g40w/edit?usp=sharing], permitindo aos interessados explorar os dados, identificar padrões e reflexão.

Diante desse conjunto de conclusões, apresentam-se três teses articuladas, voltadas a fortalecer a governança judicial e a traduzir achados acadêmicos em ações institucionais efetivas.

Tese 1 — Indicadores Qualitativos de Desempenho Judicial

Proposição: Que a AMB atue junto ao CNJ para incorporar, aos indicadores estratégicos do Poder Judiciário, parâmetros qualitativos de desempenho — como grau de fundamentação das decisões, impacto social das sentenças e aderência a precedentes vinculantes.

Justificativa: O modelo de avaliação centrado em metas numéricas não contempla dimensões essenciais da boa governança. A inclusão de métricas qualitativas oferece uma visão holística da atuação jurisdicional e reforça a legitimidade democrática da magistratura.

Tese 2 — Observatório Associativo de Governança Judicial

Proposição: Instituir, no âmbito da AMB, um Observatório de Governança Judicial com foco em accountability, independência judicial e arranjos institucionais, destinado a apoiar pesquisas empíricas de magistradas(os) e a subsidiar políticas públicas voltadas à equidade e à inovação no sistema de justiça.

Justificativa: Há lacunas críticas nesses três construtos, decisivos para a sustentabilidade da magistratura. A ação associativa supre o déficit de produção aplicada e fortalece uma governança democrática e transparente.

Tese 3 — Plano Nacional de Diagnóstico das Condições Estruturais da Justiça de Primeiro Grau.

Proposição: Conduzir, pela AMB e sua Escola, um diagnóstico nacional das condições estruturais da Justiça de Primeiro Grau, orientado pelo construto “recursos e estrutura” da governança judicial.

Justificativa: Há ausência de estudos atualizados sobre desigualdade estrutural e alocação de recursos, sobretudo no primeiro grau e realizadas pelos próprios Juízes. O diagnóstico subsidiaria políticas de justiça equitativa e a reconfiguração da distribuição de orçamento, pessoal e tecnologia.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Ana Lúcia de. Gestão de dados e governança judicial: as dimensões accountability e desempenho. 2023. 118 f.: il. color. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179759>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- AKUTSU, Luiz. Governança judicial: construção e validação de modelo teórico-metodológico / Luiz Akutsu. – Brasília: L. Akutsu, 2014.
- AKUTSU, Luiz; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Dimensões da governança judicial e sua aplicação ao sistema judicial brasileiro. Revista de Direito FGV, v. 8, n. 1, p. 183-202, jan./jun. 2012.
- AKUTSU, Luiz; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. Governança judicial: proposta de modelo teórico-metodológico. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 937-958, jul./ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612116774>. Acesso em: 23 jun. 2025.
- ANAISSE, Paulo César Moy. A reparação do dano ambiental à cobertura da Floresta Amazônica: os critérios econômicos adotados pela Justiça Federal para a estimativa do valor da vegetação suprimida. 2022. 333 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Área de Concentração: Direito e Poder Judiciário, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/172028>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- ARAÚJO, Jayder Ramos de. Acesso à justiça na era digital: tribunais on-line e o juízo 100% digital. 2023. 135 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola de Formação Profissional e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179741>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- ARCHANGELO, Fátima Aurora Guedes Afonso. Medida cautelar penal de comparecimento periódico em juízo: proposta de abordagem com enfoque humanista. 2023. 139 f.: il. color., figs., tabs. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito. Área de Concentração: Direito e Poder Judiciário. Curso de Mestrado Profissional, Maringá, PR, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179750>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- BAGGIO, Cristhiane Trombini Puia. Competência como ferramenta de gestão: análise do tempo médio de tramitação conforme as classes processuais. 2023. 190 f.: il. color., figs., tabs., mapas. Dissertação (Mestrado Profissional) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179727>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- BAPTISTA FILHO, Silvio Neves. Atos concertados entre juízes cooperantes: o julgamento de processos repetitivos centralizados. 2022. 118 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e

Aperfeiçoamento de Magistrados, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/180791>. Acesso em: 16 jul. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo: tradução Luiz Antero Reto, Augusto Pinheiro*. São Paulo: edições 70, 2016.

BATISTA, Francisco Fontenele. *Demandas fazendárias satisfativas: competência especializada e eficiência*. 2022. 214 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179988>. Acesso em: 16 jul. 2025.

BERGUERAND DE MELO, Robert Kirchhoff. *Audiência una de alimento e domicílio fora da sede do juízo: dá para conciliar?* 2023. 99 p. Tese (Mestrado em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179731>. Acesso em: 16 jul. 2025.

BEZERRA, Andre Augusto Salvador. *A magistratura vai a campo: desafios e oportunidades em pesquisas de juízes(as) sobre o Judiciário*. R. Themis, Fortaleza, v. 21, n. 1, p. 63-84, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.unifor.br/index.php/themis/article/view/14148>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BORBA, Livia Lúcia Oliveira. *A contribuição das competências gerenciais do juiz para o desempenho de unidades judiciárias*. 2022. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Área de Concentração: Direito e Poder Judiciário, Curso de Mestrado Profissional, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179985>. Acesso em: 16 jul. 2025.

BORBA, Livia; LUNARDI, Fabrício Castagna; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. *Avaliação de desempenho de juízes: críticas e propostas*. Lex Humana, Petrópolis, v. 15, n. 1, 2023. Disponível em: <https://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/2433>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BORGES, Fabrício de Lima. *Litígios estruturais e filas de espera do Sistema Único de Saúde (SUS): soluções práticas para a atividade jurisdicional*. 2023. 188 f.: il.; 30 cm. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179729>. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Decreto n. 9.203, de 22 de nov. de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9203.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU / Tribunal de Contas*

BUENO, Raquel Barofaldi. Centros de inteligência no Judiciário: gestão do conhecimento na identificação e tratamento da litigiosidade. 2023. 170 p.: il. color.; 30 cm. Trabalho de Conclusão de Curso na Modalidade Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Curso de Mestrado Profissional, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179736>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CARACAS, Jaqueline Reis. Sub-registro e agenda 2030: a (in)eficácia das unidades interligadas do Estado do Maranhão. 2023. 332 f.: il. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179766>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CARDOZO, Rafael Souza. Análise judicial da remissão ministerial: uma proposta de gestão processual para a efetivação dos direitos e garantias do adolescente. 2022. 159 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Área de Concentração: Direito e Poder Judiciário, Curso de Mestrado Profissional, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/172027>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CARVALHO, Thiago Flôres. Por que ninguém quer ser jurado? As causas da rejeição e as possíveis medidas a serem tomadas pelo Poder Judiciário. 2023. 98 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/186368>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CARVALHO, Thiago Mesquita Teles de. Judicialização da previdência social: um estudo sobre a (não) conformidade do INSS com precedentes judiciais. 2024. 191 p.: il. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/194943>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CATAFESTA, Claudia. Audiências concentradas de reavaliação da medida socioeducativa de internação: o direito à participação do adolescente no seu processo judicial. 2022. 135 f. Dissertação (Mestrado em Direito – Mestrado Profissional) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/174073>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CONINGHAM, Adriana Sant'Anna. Desapropriação judicial privada indireta (art. 1.228, § 4º, do Código Civil): diagnóstico e potencialidades na solução de conflitos fundiários coletivos de alta complexidade. 2022. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Área de Concentração: Direito e Poder Judiciário, Ética, Integridade e Efetividade na Atividade Jurisdicional, Curso de Mestrado Profissional, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/172035>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Em 11 anos, CNJ aplica 87 punições a magistrados e servidores. Portal CNJ, 27 jun. 2018. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/em-11-anos-cnj-aplica-87-punicoes-a-magistrados-e-servidores/> Acesso em: 17 jul. 2025.

COSTA, Rafael Lima da. Audiências virtuais e sua influência na governança judicial. 2023. 146 f.: il. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179738>. Acesso em: 16 jul. 2025.

DINIZ, Michelle Amorim Sancho Souza. Metodologias ágeis aplicadas à gestão de unidade judicial. 2022. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179214>. Acesso em: 16 jul. 2025.

DOUGLAS, Daniel Damasceno Amorim. Cumprimento de pena no regime semiaberto em monitoramento eletrônico no Brasil: estudo empírico na perspectiva de magistrados e reeducandos. 2024. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM. Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/194968>. Acesso em: 16 jul. 2025.

ELESBON, Salomão Akhnaton Zoroastro Spencer. Plataformas extrajudiciais de resolução de conflitos de consumo: diagnósticos e perspectivas de integração aos juizados especiais cíveis do Espírito Santo. 2022. 262 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/172023>. Acesso em: 16 jul. 2025.

ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Sobre a escola. Disponível em: <https://www.enfam.jus.br/institucional/sobre-a-escola/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA – ENFAM. Projeto de desenvolvimento institucional da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira – ENFAM: 2019-2023. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.enfam.jus.br>. Acesso em: 22 jun. 2025.

FARIA, Rodrigo Martins. Economia comportamental aplicada à resolução consensual de conflitos: a experiência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais na implementação de nudges para a melhoria qualitativa das sessões de conciliação e mediação. 2024. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM. Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/196442>. Acesso em: 16 jul. 2025.

FIALHO, Melyna Machado Mescouto. Uma juíza entre dois mundos: desafios e potencialidades de um diálogo intercultural no processo de apuração de ato infracional de adolescente indígena. 2023. 178 f.; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179739>. Acesso em: 16 jul. 2025.

FIGUEIREDO, César Augusto Carvalho de. Ações predatórias e CNJ: limites e possibilidades do seu tratamento adequado. 2024. 196 f.: il. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/198612>. Acesso em: 16 jul. 2025.

FONTE, Rodrigo Maia da. Serviço judicial digital: a percepção de magistrados brasileiros sobre o futuro do judiciário. 2022. 136f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito – Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/172025>. Acesso em: 16 jul. 2025.

FREITAS, Daniela Bandeira de. Uma proposta de governança de dados pessoais no Poder Judiciário à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: estudo de caso do Tribunal de Justiça de São Paulo. 2022. 271 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179987>. Acesso em: 16 jul. 2025.

FRESCA, Fabio. O programa e-vara do TRF da 3ª Região: a unificação nas vozes de quem faz. 2022. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito. Área de concentração: Direito e Poder Judiciário. Linha de pesquisa: Eficiência e Sistema de Justiça, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179761>. Acesso em: 16 jul. 2025.

GOMES, Jurema Carolina da Silveira. O auto das andorinhas: a justiça restaurativa na abordagem estrutural dos conflitos fundiários. 2023. 191 p.: il. col. Dissertação (Mestrado Profissional) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179752>. Acesso em: 16 jul. 2025.

GOMES, Monique Ribeiro de Carvalho. Participação social como instrumento de accountability no Poder Judiciário brasileiro. ENAJUS In: Acesso à Justiça. Desafios Sociais, Econômicos e Institucionais., 2023, Brasília. 23 a 26 de outubro de 2023.

GOMES, Monique Ribeiro de Carvalho. Participação social no Poder Judiciário: estudo de caso sobre pessoas em situação de rua examinadas com base no Programa Corra para o Abraço. 2024. 160 f.: il. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/194910>. Acesso em: 16 jul. 2025.

GONÇALVES DE PAULA, Marcelo. Grupos reflexivos. 2023. 157 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM; Escola Superior do Ministério Público da União, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179742>. Acesso em: 16 jul. 2025.

GONÇALVES, Audrey Kramy Araruna. O direito à desconexão no teletrabalho: desafios e perspectivas da comunicação assíncrona no poder judiciário estadual. 2022. 185 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/175784>. Acesso em: 16 jul. 2025.

GOOGLE ACADÊMICO. Perfil de citações – Google Acadêmico. Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?user=hNpr78IAAAAJ&hl=pt-BR&oi=ao>. Acesso em: 14 jul. 2025.

GOOGLE ACADÊMICO. Perfil de citações – Google Acadêmico. Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?user=NrBMI4AAAAAJ&hl=pt-BR>. Acesso em: 14 jul. 2025.

GUERRA, João Thiago de França. Quantificando incertezas: a compreensão do sistema de precedentes vinculantes em primeiro grau de jurisdição. 2022. 194 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Área de Concentração: Direito e Poder Judiciário, Curso de Mestrado Profissional, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/172004>. Acesso em: 16 jul. 2025.

HEITZMANN, Chélida Roberta Soterroni. Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania: implementação do setor de solução de conflitos pré-processual no Judiciário Estadual Paranaense. 2023. 317 p.: il. col. Dissertação (Mestrado Profissional) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179754>. Acesso em: 16 jul. 2025.

HUGHES, Owen. Does Governance Exist? In: OSBORNE, Stephen P. (Ed.). *The New Public Governance?: emerging perspectives on the theory and practice of public governance*. London; New York: Routledge, 2010. p. 89-102.

JENSEN, C.; MECKLING, W. H. Teoria da Firma: comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v48n2/v48n2a13.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020., apud Brasil. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU / Tribunal de Contas

KERCHE, F.; OLIVEIRA, V. E. DE .; COUTO, C. G.. Os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público no Brasil: instrumentos de accountability?. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 5, p. 1334–1360, set. 2020.

KILIMNIK, Zélia Miranda. O Juiz de Direito como gestor: competências necessárias para uma difícil conciliação de papéis. *Revista Gestão & Tecnologia*, [S. l.], v. 6, n. 2, 2010. DOI: 10.20397/2177-6652/2006.v6i2.180. Disponível em: <https://revistagt.fpl.emnuvens.com.br/get/article/view/180>. Acesso em: 20 jun. 2025.

KIM, Richard Pae; SILVA, Fabiana Andrade Gomes e. A gestão estratégica no Poder Judiciário e seus avanços nos 15 anos do Conselho Nacional de Justiça. *Revista CNJ*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 207-218, jan./jun. 2020. Acesso em: 16 jul. 2025.

LEITÃO, Emiliano Zapata de Miranda. “Painel de Projetos com Inteligência Artificial no Poder Judiciário” do Conselho Nacional de Justiça (CNJ): avaliação qualitativa da transparência governamental. 2022. 127f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/172008>. Acesso em: 16 jul. 2025.

LEVI-FAUR, David. From Big Government to Big Governance? Jerusalem: The Hebrew University, Jerusalem Forum on Regulation & Governance, 2011. (Jerusalem Papers in Regulation & Governance; n. 35).

LIMA, Thiago Tristão. Os sistemas de busca ativa utilizados pelos Tribunais de Justiça de grande porte do Brasil: observância da Lei Geral de Proteção de Dados e promoção das adoções necessárias através do neurodireito. 2023. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Área de Concentração: Direito e Poder Judiciário, Linha de Pesquisa: Eficiência e Sistema de Justiça, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179769>. Acesso em: 16 jul. 2025.

LIVIO, Bárbara. Governança judicial e direitos humanos das mulheres: a educação como garantia de acesso à justiça. 2024. 103 f.: il. color. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito de PJ na Linha de Ética e Integridade) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/186369>. Acesso em: 16 jul. 2025.

LOBO, Marcela Santana. Escutando a voz das mulheres: um retrato das interações nas medidas protetivas de urgência entre mulheres, rede de atendimento e Poder Judiciário. 2022. 165f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/174037>. Acesso em: 16 jul. 2025.

LUCIANO, Maria. Accountability e Estado Democrático de Direito: construindo lentes para a análise da legitimidade do Judiciário na incidência em políticas públicas. 2020. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) - Faculdade de Direito, University of São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.2.2020.tde-03052021-030127. Acesso em: 2025-07-17.

LUNARDI, Fabrício Castagna. JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA NO BRASIL: ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES, INCENTIVOS E CULTURA JURÍDICA. Revista Jurídica, [S.l.], v. 1, n. 77, p. 01 - 23, abr. 2024. ISSN 0103-3506. Disponível em: <<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/4238>>. Acesso em: 17 jul. 2025. doi:<http://dx.doi.org/10.26668/revistajur.2316-753X.v1i77.4238>.

MACHADO, Mariana Marinho. Precedentes e litigiosidade: uma avaliação de efetividade à luz das sentenças sobre contratos bancários. 2024. 157 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/194907>. Acesso em: 16 jul. 2025.

MARTINS, Leonardo Resende. Legal design e processos estruturais: aplicações práticas na atividade jurisdicional e seus resultados no tratamento da litigiosidade complexa. 2022. 358 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/174074>. Acesso em: 16 jul. 2025.

MATEUS, Liliana Patrícia Amaral De Carvalho. A independência do poder judiciário como condição da legitimação dos tribunais em Angola. 2023. 176 f.: il. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados,

Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179745>. Acesso em: 16 jul. 2025.

MATOS JÚNIOR, João Teixeira. Execução penal: projeto liberdade e cidadania e a reintegração social por meio do trabalho. 2023. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Área de Concentração: Direito e Poder Judiciário, Linha de Pesquisa: Eficiência e Sistema de Justiça, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/180933>. Acesso em: 16 jul. 2025.

MORAES, Patricia Almeida de; CALDAS, Amanda Marcondes. O protagonismo do judiciário e a necessidade do aperfeiçoamento da accountability no Brasil. *Cadernos de Dereito Actual*, [S. l.], n. 14, p. 340–352, 2020. Disponível em: <http://www.cadernosdedereitoactual.es/index.php/cadernos/article/view/610>. Acesso em: 17 jul. 2025.

MORAIS, João Paulo da Silva. Liberdade de expressão da magistratura: estudo de caso sobre as realidades de Brasil e Angola. 2023. 358 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179740>. Acesso em: 16 jul. 2025.

NEVES JUNIOR, Paulo Cezar. Inovação e governança no planejamento, na execução e no controle da atividade financeira do poder judiciário no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Direito Econômico, Financeiro e Tributário) - Faculdade de Direito, University of São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/T.2.2020.tde-22032021-173527. Acesso em: 2025-07-17.

NEVES, Kelly Gaspar Duarte. Para além das metas do CNJ: o que os números indicam e as metas ocultam no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. 2023. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, Brasília, DF, 2023.

NEVES, Kelly Gaspar Duarte. Para além das metas do CNJ: o que os números indicam e as metas ocultam no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul. 2023. 122 f.; 30 cm. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179724>. Acesso em: 16 jul. 2025.

NÓBREGA, Adriana Carneiro da Cunha Monteiro. Abrindo portas: as reclamações pré-processuais e o papel interinstitucional dos Núcleos e Centros de Conciliação no tratamento adequado da litigiosidade recorrente. 2022. 163f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito – Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/175056>. Acesso em: 16 jul. 2025.

NOGUEIRA, Barbara Marinho. Acesso à justiça em áreas remotas no Amazonas: a cooperação institucional entre o Poder Judiciário e a administração pública para a prática de atos de comunicação processual. 2023. 163 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de

Magistrados, Brasília, 2023. Disponível em:

<https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179768>. Acesso em: 16 jul. 2025.

OLIVEIRA, Ana Carolina Miranda de. Governança judiciária: a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição no CNJ e no TJSP. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, University of São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/D.2.2022.tde-27092022-120312. Acesso em: 2025-07-17.

OLIVEIRA, Leonardo Sousa de Paiva. Posner na terra de Ariano Suassuna: a relação entre a análise econômica do direito, os custos da litigância e o desfecho dos processos em unidades cíveis paraibanas. 2022. 124 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/172000>. Acesso em: 16 jul. 2025.

OLIVEIRA, Pedro Enrico de. Pesquisa e inovação responsáveis no poder judiciário brasileiro e o julgamento por inteligência artificial. 2022. 402 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179274>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PACHECO, Sulamita Bezerra. Tratamento estratégico das demandas repetitivas dos litigantes habituais nos Juizados Especiais: estudo de caso do TJRN. 2023. 219 f.: il. color. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179770>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PATRIOTA, Priscila Vasconcelos Areal Cabral Farias. A utilização do Visual Law enquanto ferramenta de transformação da comunicação jurídica nas medidas protetivas de urgência. 2024. 265 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/194946>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PATTON, Michael Quinn. Qualitative research & evaluation methods: integrating theory and practice. 4. ed. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2015. p. 126.

PEDROSA, Juliana Mendes. A comunicação nos processos estruturais: um diálogo com o caso de Mariana. 2024. 235 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/194972>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PINTO, Thathiane Menezes da Rocha. Acesso à justiça e (in) exclusão digital. 2023. 107 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179763>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PITTHAN, Thielly Dias de Alencar. A cooperação nos processos judiciais de acolhimento institucional de crianças e de adolescentes na fronteira de Ponta Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY). 2024. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Programa de

Pós-Graduação Profissional em Direito, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/194941>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PRADO, Daniella Alvarez. O uso de algemas nas audiências de custódia: análise crítica da prática judicial sob a perspectiva da dignidade da pessoa humana. 2022. 130f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito – Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179984>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PRADO, Eunice Maria Batista. Banco de incidentes de inteligência artificial do judiciário. 2022. 261 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/172031>. Acesso em: 16 jul. 2025.

PROCÓPIO, Keylla Ranyere Lopes Teixeira. As constelações familiares e a autocomposição nos conflitos sucessórios: uma alternativa à resolução de conflitos de alta beligerância? 2023. 178 f.: il. color. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179748>. Acesso em: 16 jul. 2025.

RAMAJO, Carmen Lúcia Rodrigues. A mediação na ações de família: uma (re)análise da atuação judicial à luz do pensamento sistêmico e da interdisciplinaridade. 2022. 228f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito – Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/172033>. Acesso em: 16 jul. 2025.

RAMOS, Karina Silva de Araújo. Teletrabalho e participação na magistratura. 2024. 191 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/195298>. Acesso em: 16 jul. 2025.

REGO, Sérgio Roberto Marinho Fortes do. Os fatores de recorribilidade nas demandas consumeristas envolvendo grandes litigantes: uma análise sob uma perspectiva normativa e empírica. 2024. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/194945>. Acesso em: 16 jul. 2025.

ROESLER, C. R. OS SISTEMAS DE SELEÇÃO DOS JUIZES NAS DEMOCRACIAS CONSTITUCIONAIS. *Novos Estudos Jurídicos*, Itajaí (SC), v. 12, n. 1, p. 35–42, 2008. DOI: 10.14210/nej.v12n1.p35-42. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/451>. Acesso em: 20 jun. 2025.

ROS, L. D.; TAYLOR, M. M. Juízes eficientes, judiciário ineficiente no Brasil pós-1988. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, [S. l.], n. 89, p. 1–31, 2019. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/478>. Acesso em: 19 jun. 2025.

ROSENAU, James N. “Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial”. In: Rosenau, James N. e Czempiel, Ernst-Otto. *Governança sem governo: ordem e*

transformação na política mundial. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SANTOS JUNIOR, Juraci de Souza. Crimes sexuais em contexto de clandestinidade: entre palavra da vítima e presunção de inocência. 2024. 148 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam, Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/199650>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SANTOS, Cláudio Camargo dos. O direito de ressignificar a vida a partir das audiências de custódia: histórias de presos sob as lentes da justiça restaurativa de Maringá/PR. 2022. 368 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179215>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SARAIVA, Francisco Diógenes da Cunha. MELHORIA DA QUALIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS NO BRASIL: ANÁLISE DE FUNDAMENTAÇÃO, GESTÃO PROCESSUAL E FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS. *Derecho y Cambio Social*, [S. l.], v. 22, n. 80, p. e2851, 2025. DOI: 10.54899/dcs.v22i80.2851. Disponível em: <https://derechocambiosocial.org/index.php/revista/article/view/2851>. Acesso em: 22 jun. 2025.

SARAIVA, Fabiane Borges. Desjudicialização da saúde e soluções dialógicas: o caso do Comitê de Saúde CNJ/Santa Maria-RS. 2022. 270 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Área de Concentração: Direito e Poder Judiciário, Curso de Mestrado Profissional, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/172006>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SCHEER, Taís de Paula. Labirinto do direito: análise da competência híbrida nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher à luz do feminismo jurídico. 2023. 186 p.: il. col. Dissertação (Mestrado Profissional) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179756>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SCHMIDT, Ítala Colnaghi Bonassini. A independência judicial em tempos de cultura do cancelamento: uma análise da percepção de magistrados/as sobre o ato de decidir sob os olhares das redes sociais. 2022. 145 f. Dissertação (Mestrado) – Enfam - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Área de concentração: Ética, integridade e efetividade na atividade jurisdicional, Curso de Mestrado Profissional, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/172036>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SELAU, Isabel Cristina Lima. *Formação de magistrados: as competências requisitadas do juiz como referenciais para as ações de seleção e formação da magistratura nacional*. 2019. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SIERRA, V. M.. A judicialização da política no Brasil e a atuação do assistente social na justiça. *Revista Katálysis*, v. 14, n. 2, p. 256–264, jul. 2011.

SILVA, Douglas José da. A cognição pelo Tribunal do Júri: uma proposta voltada a concretizar a condição de sujeito epistêmico do jurado. 2022. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Área de Concentração: Direito e Poder Judiciário, Curso de Mestrado Profissional, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/172009>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SILVA, Marcela Pereira da. O enfrentamento à violência institucional contra a mulher no Poder Judiciário: uma análise da atuação das coordenadorias estaduais da mulher em situação de violência doméstica e familiar. 2023. 187 f.: il. color. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179744>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SILVEIRA, André Luiz Cavalcanti. Centros de inteligência, acesso à justiça e a efetivação da Agenda 2030 da ONU. 2023. 187 f.; 31 cm. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Área de Concentração: Direito e Poder Judiciário, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179764>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SILVEIRA, Priscila Lopes da. Pessoas com deficiência e inclusão no Poder Judiciário: o dever legal de contratação das empresas terceirizadas. 2024. 132 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/194980>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SILVEIRA, R. M. da C.; CLEMENTINO, M. do L. M.; ALMEIDA, L. de S. B. Governança judicial: uma análise dos desafios para a prestação do serviço jurisdicional: An analysis of the challenges for the provision of the legal service. *Revista do Serviço Público*, [S. l.], v. 71, n. c, p. 315-344, 2020. DOI: 10.21874/rsp.v71ic.4569. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4569>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SOARES JUNIOR, Vitor Umbelino. Femicídio e julgamento com perspectiva de gênero: uma análise empírica de julgados nos Tribunais do Júri da comarca de Goiânia-GO [manuscrito]. 2025. 207 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2025. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/199119>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SOUSA, Ferdinando Marco Gomes Serejo. As hipermovimentações processuais como ameaça à garantia do contraditório substancial da advocacia pública estadual: uma análise a partir do IRDR 54.699/2017 do TJMA. 2024. 117 f.: il. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Aperfeiçoamento e Formação de Magistrados. Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/194970>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SOUSA, Raffaella Cássia de. O processo coletivo intercultural: o direito de acesso dos povos indígenas à justiça. 2022. 109 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Mestrado Profissional em Direito, Brasília,

DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/172012>. Acesso em: 16 jul. 2025.

TAFARELO, Bruna. Discriminação de gênero no julgamento de crimes de estupro: a violência institucional no discurso judicial. 2023. 164 f.: il. (color.); 30 cm. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179751>. Acesso em: 16 jul. 2025.

TAKEUCHI, Daniele Liberati Santos. Juízo de admissibilidade da acusação e o viés confirmatório no processo penal brasileiro: uma abordagem empírica. 2023. 115 p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179746>. Acesso em: 16 jul. 2025.

TEIXEIRA FILHO, Arthur Napoleão. Conhecimentos e crenças dos juízes brasileiros sobre a prova dependente da memória: a testemunha e o reconhecimento de pessoas. 2024. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Programa de Pós-Graduação em Direito, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/194965>. Acesso em: 16 jul. 2025.

TEIXEIRA, Alex Fabiane; GOMES, Ricardo Corrêa. Governança pública: uma revisão conceitual. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 70, n. 4, p. 519-550, out./dez. 2019. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/778>. Acesso em: 19 jun. 2025.

TERRA, José Luis Luvizetto. As ferramentas do eproc e a gestão de equipes do Poder Judiciário: pesquisa-ação junto à Justiça Federal da 4ª Região. 2024. 266 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/194971>. Acesso em: 16 jul. 2025.

TOMIO, Fábio Roberto de Lacerda; ROBL FILHO, Itani Neto. Accountability e independência judiciais: uma análise da competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 29–46, mar. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100004>. Acesso em: 17 jul. 2025.

TORLIG, E.; GOMES, A. .; LUNARDI, F. ACCESS TO JUSTICE: AN EPISTEMOLOGICAL GUIDE FOR FUTURE RESEARCH. *Lex Humana* (ISSN 2175-0947), [S. l.], v. 15, n. 3, p. 205–244, 2023. Disponível em: <https://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/2497>. Acesso em: 16 jul. 2025.

TORTURELA, Isabelle Sacramento. Acolhimento de crianças e adolescentes no Acre: o direito à convivência familiar e a (im)possibilidade de antecipação de destituição do poder familiar em razão do acolhimento. 2023. 129 f.: il.; col. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Área de Concentração: Direito e Poder Judiciário, Brasília, 2023. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179767>. Acesso em: 16 jul. 2025.

VÉRAS, Diego Viegas. Métodos autocompositivos e governança colaborativa na solução de conflitos pelo Supremo Tribunal Federal. 2024. 158 f.: il. Dissertação (Mestrado em Direito e Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/194969>. Acesso em: 16 jul. 2025.

VERAS, F. A.; ALMEIDA, S. T. de. A GOVERNANÇA DOS NÚMEROS NA JUSTIÇA BRASILEIRA: UM OLHAR SOBRE OS REFLEXOS DA QUANTIFICAÇÃO NA GESTÃO JUDICIÁRIA. *Revista Contemporânea*, [S. l.], v. 4, n. 7, p. e5148, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N7-159. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/5148>. Acesso em: 10 jul. 2025.

VIANNA, L. W.; BURGOS, M. B.; SALLES, P. M.. Dezessete anos de judicialização da política. *Tempo Social*, v. 19, n. 2, p. 39–85, nov. 2007.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; BURGOS, Marcelo Baumann. *Quem somos: a magistratura que queremos*. Rio de Janeiro: Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, 2018.

VIEIRA, Cristina de Albuquerque. Justiça restaurativa aplicada à criminalidade federal. 2022. 313 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Direito) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/179986>. Acesso em: 16 jul. 2025.

XIMENES, Fernando Braz. Plenário virtual do STF e governança digital: acessibilidade, accountability e desempenho do sistema. 2024. 143 f.: il. Dissertação (Mestrado em Direito e Poder Judiciário) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, Brasília, 2024. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/194974>. Acesso em: 16 jul. 2025.

YOSHIDA, Mariana Rezende Ferreira. Discriminação por motivo de gênero e barreiras no acesso ao segundo grau de jurisdição no Brasil por magistradas de carreira. 2022. 239 f.: il. color., figs., tabs. Dissertação (Mestrado Profissional) – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Programa de Pós-Graduação Profissional em Direito, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/handle/2011/174070>. Acesso em: 16 jul. 2025.